

A dívida, dramática, dos Estados

GAZETA MERCANTIL

09 JUL 1979

por Aloysio Santos
de Brasília

Os Estados brasileiros precisam parar de investir, estimular receitas próprias, racionalizar despesas e impedir a qualquer preço a sonegação de impostos, sob pena de tornar sua situação financeira absolutamente inviável, afirmou a este jornal uma fonte categorizada do Ministério da Fazenda. Acentuou que, no ano passado, os governos estaduais acumularam um déficit financeiro de Cr\$ 4,4 bilhões e a maioria encontra-se hoje sem recursos para pagar o próprio funcionalismo.

Essa análise coincide com uma observação feita também a este jornal pelo ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, que ouviu de um grupo de secretários estaduais da Fazenda, após a última reunião do Confaz, afirmação de que "são muito corajosos por aceitarem a Fazenda de Estados inviáveis". Rischbieter respondeu-lhes, em tom de blague, que ele também governava um País inviável.

A maioria dos governos estaduais está com seus recursos financeiros estourados, e

os casos mais graves seriam o do Espírito Santo e o de Alagoas, caracterizados por aquela fonte como em situação pré-falimentar. Disse aquela autoridade que o quadro do Espírito Santo é tão dramático que, durante a última reunião do Confaz, circularam rumores de que o governador Eurico Rezende, se não encontrasse apoio da União, seria obrigado a solicitar intervenção federal, por não haver mais possibilidade de administrá-lo.

Rumores à parte, o fato é que o governador endereçou uma carta manuscrita ao "amigo Rischbieter", mostrando a dramática situação do Estado. Chegou-se ao ponto, narrou Rezende, de receber uma proposta de empréstimo de um banco alemão, no valor de 20 milhões de marcos, indispensáveis para saldar uma dívida fundada de Cr\$ 3,7 bilhões (praticamente o total de suas receitas correntes, para um quadro de pessoal que lhe custa Cr\$ 2,2 bilhões), e não poder aceitá-la devido ao limite do endividamento. O Estado não pode mais captar recursos nem na rede bancária privada.

Alagoas também apresen-

ta uma situação dramática, conforme as tabelas de acompanhamento da situação de cada unidade da Federação elaboradas pelo Ministério da Fazenda. O Estado arrecada Cr\$ 1,5 bilhão e gasta com o funcionalismo Cr\$ 1,9 bilhão. Está com uma dívida (fundada e flutuante) de outro Cr\$ 1 bilhão. No ano passado, Alagoas fechou com um déficit de Cr\$ 104 milhões.

O Acre é outro Estado em situação difícil. Segundo o importante assessor do Ministério da Fazenda, tal situação decorre da precipitada transformação daquele Território em Estado, fato que, segundo ele, ameaça agora se repetir, já que o presidente João Figueiredo teria prometido às autoridades de Rondônia a sua breve elevação à categoria de Estado. O Acre, para cada cruzeiro que arrecada de ICM, gasta Cr\$ 4,30 com pessoal. Sua receita corrente é de Cr\$ 1 bilhão, e o funcionalismo custa Cr\$ 650 milhões.

Disse a mesma fonte que, embora dramática, essa situação chega a gerar situações ridículas, como a de um secretário do Piauí, que invadiu o gabinete do ministro Mário Henrique Simonsen, recentemente, falando com voz exaltada: "Ministro, o senhor tem de salvar o Piauí". Garante a fonte, apoiada em levantamento estatístico realizado pela Fazenda, que exatamente aquele Estado, durante o período 1974/78, foi um dos mais bem aquinhoados com a transferência de recursos federais (mais de Cr\$ 600 milhões).

Quanto aos demais Estados, diz o seguinte aquele assessor ministerial: "No Rio, a situação é boa, e o Estado nem vai precisar dos US\$ 150 milhões que afirmava necessitar captar no mercado externo. Em Goiás, a situação não é boa, mas até agora seu governo não pediu nenhuma ajuda ao governo federal. O Rio Grande do Sul teve realmente problemas de seca, mas chora mais do que devia. O Paraná também, mas, curiosamente, Santa Catarina, que está no meio, é o Estado que apresenta melhor perfil financeiro".

Quanto a São Paulo, embora o Estado tenha fechado o seu orçamento do ano passado com um déficit de 3,3 bilhões, está com uma situação bastante equilibrada para este ano. A arrecadação prevista do ICM, de Cr\$ 114,6 bilhões, está comprometida em 56% com o pagamento de pessoal, mas sua dívida atinge apenas 22% de sua receita global, estimada em Cr\$ 166,5 bilhões.

(Ver página 3)